

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA  
E REDAÇÃO FINAL

Designo o Vereador Régo Fernandes

para emitir parecer no prazo regimental de quinze dias

Em 13/05/19

  
Ver. Ney Lopes Junior  
Presidente



Projeto de Lei  
Nº 123/18  
Data: 07

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

Projeto de Lei nº 123/2018

Assunto: “Cria o aplicativo (APP) “SOS Mulher”, no âmbito do Município de Natal, e da outras providências.”

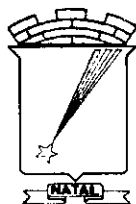
**DESPACHO**

Encaminhem-se os autos do Projeto de Lei nº 123/2018 de autoria da Vereadora Nina Souza a Procuradoria da Câmara Municipal de Natal para emissão de parecer jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 16 de Julho de 2019.



**KLEBER FERNANDES**  
Vereador



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL – RN  
PROCURADORIA LEGISLATIVA**

Projeto de Lei nº 00123/18  
Interessado: Vereadora Nina Souza Souza  
Assunto: Cria o aplicativo (APP) “SOS Mulher”, no âmbito do Município de Natal e dá outras providências.

**I**

1. Versam os presentes autos acerca proposta legislativa de autoria da então vereadora Eudiane Macedo, subscrita pela Vereadora Nina Souza, a qual cria APP específico para receber denúncias anônimas de violência doméstica e familiar contra mulheres (art. 1º, *caput*).
2. Após certificação do Departamento Legislativo acerca da inexistência de outra proposição semelhante, o projeto foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, onde houve a solicitação de emissão de parecer por parte desta Procuradoria.

**II**

3. O projeto de lei “cria” APP específico para denúncias anônimas de situação de violência e familiar, atribuindo à secretaria específica do Poder Executivo do Município de Natal a obrigação de disponibilização do aplicativo.
4. Embora não fique claro a responsabilidade pelo desenvolvimento do APP, subtende-se que também seria atribuída ao Poder Executivo (art. 4º).
5. Analisando os aspectos de constitucionalidade formal, o projeto veicula matéria que pode ser considerada de interesse local (art. 30, I, da Constituição Federal), e não se encontra sob reserva de lei complementar (art. 38, parágrafo único, da LOM).
6. Embora o objeto da lei (a disponibilização APPs) não esteja entre as matérias de iniciativa específica do Poder Executivo, a criação de atribuição para Secretarias é matéria submetida à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme determina a leitura conjunta dos artigos 21, XI, c/c art. 39 da LOM, *ab*o transcritos:

**Art. 21** - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre: (Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 3/1991, de 11.09.1991)

(...)

IX - criação, estruturação e **atribuições das Secretarias Municipais** e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

**Art. 39** - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2005, de 27.06.2005)

§ 1º - É de **competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei** que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.


7. Diante de tais disposições da LOM, verifica-se a sua incompatibilidade com o parágrafo único do art. 1º, e com o artigo 2º da proposição.

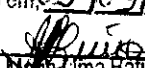
8. Do ponto de vista material a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

### III

9. Com essas considerações, **opina-se pela constitucionalidade da proposição em questão, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 1º e no artigo 2º**, sugerindo-se desde já a supressão desses dispositivos.

Natal, 25 de setembro de 2019.

  
**ANNA LUISA BOTELHO SGADARI PASSEGGI**  
Procuradora Legislativa Municipal  
Matrícula n. 1.766-3

COMISSÕES TÉCNICAS  
Recebido em: 25.09.19  
  
Ana Maria Lima Batista Falcão  
Comissão Técnica  
Mat. 1.205-3



*Câmara Municipal de Natal*

*A casa do povo. A sua casa.*

**PREJETO DE LEI 123/18**

Autor(a): Ver<sup>a</sup>. Eudiane/Nina Souza,

**DESPACHO**

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 24 de Setembro de 2019.

**ANA MARIA LIMA B. FALCÃO**  
Setor de Assistência às Comissões Técnicas  
Mat. 1205/3

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

Projeto de Lei nº 123/2018

Assunto: “Cria o aplicativo (APP) “SOS Mulher”, no âmbito do município de Natal, e dá outras providências.”

**DESPACHO**

O Projeto de Lei 123/2018 de autoria da Vereadora Eudiane Macedo e subscrito pela Vereadora Nina Souza, cria um aplicativo com o objetivo de receber denúncias anônimas de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Dessa forma, o projeto de lei foi encaminhado a Procuradoria Legislativa dessa casa, a qual apontou duas ressalvas. Assim, este Vereador entendeu que por se tratar de um Projeto de Lei de extrema relevância, é viável que os autos retornem a Vereadora autora para que este esteja ciente do contido nos autos, e que caso entenda, modifique/sane o que se fizer necessário.

Palácio Padre Miguelino, 09 de outubro de 2019.



**KLEBER FERNANDES**  
Vereador



Estado do Rio Grande do Norte

Nina Souza  
VEREADORA

Câmara - Projeto nº  
123/18  
18

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

**GABINETE DA VEREADORA NINA SOUZA**

**Projeto de Lei nº: 123/2018**

**Interessada: Vera. Nina Souza**

**PARECER**

*Da Comissão de Legislação, Justiça e  
Redação Final, sobre o Projeto de Lei nº  
0123/2018, que “ Cria O Aplicativo  
(APP) “ SOS Mulher”, no âmbito de  
Natal, e dá outras providências .”*

**I- Relatório:**

Tratam-se os presentes autos de Projeto de Lei nº 123/2018, de autoria da então vereadora Eudiane Macedo, que visa criar um aplicativo no âmbito de Natal para receber denúncias anônima.

Consta na proposição que a implementação do aplicativo dará condições ao município de atuar de maneira mais enérgica e célere. O projeto tramitou na comissão e Justiça, com parecer acostado pela Douta procuradoria. A procuradoria na análise sugeriu que dispositivos fosse modificados.

A ideia é suprir o parágrafo único do artigo 1º, bem como o artigo 2º em sua totalizada.

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
Rua Jundiaí, 546, Tirol, Natal/RN  
ver.ninasouza@gmail.com

Analisando o texto originário, a subscritora concorda com a supressão do parágrafo único, do artigo 1º, contudo discorda da supressão do artigo 2º.

Na supressão do parágrafo único, de fato a de se considerar que a própria prefeitura ao regulamentar a aplicação do projeto deverá determinar quais secretarias estarão envolvidas e a maneira de como se dará a efetiva ação.

Com relação ao artigo 2º a de se considerar que o termo PODERÁ, deixa o Poder Público Municipal com sua discricionariedade preservada, não interferindo dessa maneira nas prerrogativas do ente municipal.

Ratifico que a proposição está em observância as regras inerentes ao processo legislativo, foi devidamente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise dos aspectos constitucionais, legais, regimentais e jurídico, conforme prescreve o art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal, o que passo a realizar.

De despacho emitido pelo Vereador relator, se desprende que o projeto de lei *sub examine* se insere, efetivamente, na definição de interesse local, previsto no art. 30, inciso I da Constituição Federal e art. 5º §1º, inciso I da Lei Orgânica do Município do Natal.

As diretrizes apontadas no projeto de lei de fato corroboram para que um amplo trabalho de enfrentamento a violência doméstica seja difundido em Natal/RN.

Insisto em afirmar, que o projeto em questão, é simples, prático, eficaz. Esse aplicativo será um marco na gestão, se transformando na principal ferramenta de denúncias contra a desenfreada violência contra as mulheres.

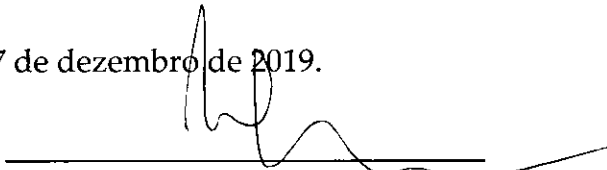
Ao incentivar a implementação das ações, estamos contribuindo para a defesa dos direitos fundamentais e do princípio da dignidade da pessoa



humana, afinal não há como deixar de registrar que a violência contra a mulher apresenta-se hoje como um dos mais graves problemas de segurança pública.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, o número de agressões contra mulheres relatadas cresceu mais de 600%. A maioria dos casos descritos envolve agressões domésticas cometidas por maridos, amantes e pais. De fato, mulheres ainda vivem acovardadas, sem quererem, ou até não poderem, denunciar.

Natal/RN, 17 de dezembro de 2019.

  
**NINA SOUZA - Vereador PDT**



**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

“Cria o aplicativo (APP) “SOS MULHER”, no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências”.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de nº 123/18, que cria o aplicativo SOS MULHER, tal projeto é de autoria da Vereadora Nina Souza.

Compulsando os autos, certifica-se que foram acostados os documentos comprobatórios necessários, bem como justificativa da presente propositura.

Em certidão do setor Legislativo, não foi identificada a existência de Projeto de Lei semelhante.

É o que importa relatar.

**II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do Regimento Interno desta casa, analisar “aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara”, conforme determina o Inciso I do Artigo 62 do nosso Regimento Interno.

Compulsando os autos, o Departamento Legislativo emitiu certidão afirmando não ter sido identificada a existência de proposição semelhante a esta tramitando nesta Casa Legislativa.

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

Dessa forma, em ato contínuo o projeto de lei foi encaminhado a Procuradoria desta Casa. Em parecer acostado, o Procurador opinou pela constitucionalidade da proposição em questão, ressaltando o disposto no parágrafo único do art. 1º e no artigo 2º.

Então, o projeto foi conduzido à subscritora para que obtivesse ciência a cerca do parecer da procuradoria, e modifica-se os mencionados artigos, caso assim entende-se. Em resposta, a mesma concordou com a supressão do parágrafo único do artigo 1º, porém discordou da supressão do artigo 2º.

Voltaram-me os autos, e em observância ao artigo 2º, artigo este que de acordo com a procuradoria é incompatível, de fato, não se vislumbra tal incompatibilidade, uma vez que neste não reside a obrigatoriedade das secretárias tomarem as medidas de assistência as vítimas, mas sim reside a faculdade de assim fazê-las.

Portanto não ha nenhum óbice jurídico para a sua realização.

**III – VOTO**

Analisando os autos, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 123/18**, diante da inexistência de vício de inconstitucionalidade e de qualquer óbice jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 14 de maio de 2020.



**KLEBER FERNANDES**  
Vereador

COMISSOES TÉCNICAS  
Recebido em, 30/05/2020  
